

A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ANA JÚLIA CAREPA: A PRIMEIRA GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ

Thais Oliveira Pinheiro¹
Maria Luzia Miranda Álvares²

Resumo

Este trabalho é parte integrante do projeto de pesquisa, “Eleições 2010: Competição eleitoral e desempenho entre atores, cena e cenários da política paraense”- CNPq - 474470/2010-5. O enfoque é sobre a bancária e militante do PT Ana Júlia de Vasconcelos Carepa que em 2006 foi eleita governadora do Pará, a primeira mulher a ocupar esse cargo no Estado. Construindo a partir de uma participação efetiva de liderança em movimentos sociais e por meio da sua trajetória profissional, pessoal e política, esteve ao longo de sua vida “criando” possibilidades para o seu empoderamento, o que se refletiu na conquista eleitoral em 2006. Porém, essa vitória nas urnas, não representou, exclusivamente, o êxito da primeira mulher à frente do Estado do Pará, mas também, a derrocada de uma hegemonia de 12 anos consecutivos do PSDB no Estado do Pará. A exposição do percurso político da ex-governadora neste trabalho foi baseada em sua história de vida, na qual foram examinados seus antecedentes socioeconômicos, educacionais, profissionais e sua socialização nas instituições políticas, consistindo isto, na sua trajetória social.

Palavras-chave: Política, Gênero e Trajetória Social.

Introdução

A relevância deste trabalho se evidencia por tratar da trajetória política de Ana Julia de Vasconcelos Carepa, a primeira mulher a se eleger, em 2006, ao cargo de governadora no Estado do Pará. Este feito é de grande importância, visto que a mulher ainda se encontra sub-representada em vários espaços da sociedade, mas sobretudo no espaço político. Analisa-se uma entrevista com base em história de vida, realizada com a mesma, em 1996 para o projeto já encerrado, *Mulheres e processos eleitorais do Pará: 1986 à 1994*, coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Luzia Miranda Álvares e a bolsista PIBIC/CNPq Josinete Lima. A equipe buscava conhecer, dentre outras situações, como eram construídas as carreiras políticas das mulheres no Estado do Pará. A entrevista foi realizada em 1996 e, embora há mais de 10 anos, a argumentação apresenta contribuições significativas para identificar a trajetória política de Ana Julia Carepa, até o momento em que esta consegue se eleger, pela primeira vez, a um cargo político, interessando reconhecer o capital político que fortaleceu os seus antecedentes sociais. Desta forma, este documento está sendo utilizado no projeto atual *Eleições 2010: competição eleitoral e desempenho entre atores, cena e cenários da política paraense* – CNPq – Processo 474470/2010-5, também coordenado pela Prof.^a Dr.^a Maria Luzia Miranda Álvares. Neste caso, o mote do estudo é o período de governo de Ana Julia Carepa a fim de avaliar o formato de sua gestão e as tomadas de decisão durante o período do seu governo.

O exame feito sobre a história de vida da ex-governadora Ana Júlia Carepa, não se deteve apenas no percurso político traçado pela mesma, visto que para entendermos como ela conseguiu esta

¹ Aluna do curso de graduação em Ciências Sociais da UFPA, bolsista PIBIC/PIPES.

² Professora doutora em Ciência Política, pela IUPERJ, coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas “Eneida de Moraes” Sobre Mulher e Relações de Gênero – GEPEM/UFPA. Coordenadora das pesquisas: *Eleições 2010: competição eleitoral e desempenho entre atores, cena e cenários da política paraense*, e *Mulheres na Política: Histórias de Percursos e de Práticas*.

realização histórica, foi preciso analisar todos os aspectos de sua vida, seus antecedentes socioeconômicos, educacionais, profissionais e sua socialização nas instituições políticas, consistindo isto, na sua trajetória social. Esta vitória eleitoral, além de ter representado uma conquista histórica pelo fato de ser a primeira mulher a ocupar este posto, também significou a derrocada de 12 anos de hegemonia do PSDB à frente do governo estadual no Pará.

1. Metodologia e materiais de análise

O material utilizado na pesquisa se constitui de entrevista realizada em 1996 quando Ana Julia de Vasconcelos Carepa exercia o cargo de deputada federal, pelo Estado do Pará, além de dados levantados no TSE, sobre o percentual de votos agregados por ela nos cargos que ocupou ao longo de sua carreira política, de vereadora, deputada federal, senadora e governadora. Empregou-se o método qualitativo usando a teoria e a técnica da história de vida aplicada com o uso do gravador e perguntas abrangentes que facilitassem a ampla abordagem sobre a ex-governadora.

1992-vereadora

1994-deputada federal

1996-vice-prefeita e secretaria municipal de urbanismo

1998-candidata ao Senado, mas perdeu

2000-vereadora maior votação de um vereador no estado

2002-senadora mais votada na história do Pará

2004- concorreu ao cargo de prefeita de Belém, mas perdeu

2006-governadora

1. Quem é ana julia carepa? um olhar sobre seus antecedentes sociais e trajetória pessoal

Com vista a traçar a identidade construída por Ana Julia Carepa no decurso de sua vida, antes de entrar para a política formal, avaliamos seus antecedentes sociais com base na tríade: trajetória pessoal, política e profissional possibilitando considerá-la uma liderança política, ou seja, uma pessoa que faz parte da elite política paraense. Segundo Gouvêa (2008), certos atributos pessoais são importantes para que possamos dizer que é devido a eles que uma determinada pessoa pertence à elite. Contudo, isso não é motivação para que essa pessoa seja reconhecida como parte da elite.

O que é elite? Pareto (s.d.*apud* BOTTOMORE, 1965) considera que elite é aquele segmento que se destaca em várias instâncias da sua vida social, por seus predicados individuais, predicados estes que são de longe superiores ao da massa populacional, ou seja, são incomuns ao grande público e pertencem a uma pequena parcela de pessoas. Vários autores tratam sobre elite, mas todos vão recair, conforme Bobbio *et al.* (1998a), na teoria das elites. Há semelhanças que se referem às concepções de seus proponentes – Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels – de que a elite seria um grupo de indivíduos que se encontram em um alto nível de prestígio em relação aos demais conseguindo um considerável acúmulo de qualidades seja na área econômica, ideológica, ou política.

1.1. Trajetória pessoal

Para tratar deste conceito optamos pela concepção de campo social de Bourdieu (1992 *apud* Fernandes 2010) que se relaciona com a categoria estudada de antecedentes sociais (trajetórias pessoal, profissional e política). Esse conceito leva-nos a perceber quais trajetórias tiveram significativo acúmulo de recursos somando-se ao capital social, político, econômico, e cultural para a representatividade de Ana Julia diante da sufragação de votos em várias eleições, principalmente a de

governadora do Estado do Pará. Segundo Álvares (2004), os antecedentes sociais são construídos pela tríade: trajetória familiar, profissional e política, compondo-se de características que identificam uma pessoa (idade, gênero, estado civil, religião e família), somando-se à escolaridade e a profissão, agregando valores ao capital social, compreendendo a trajetória pessoal de um indivíduo.

Ana Júlia Carepa nasceu em 23/12/1957, formada em arquitetura pela UFPA, bancária divorciada, mãe de 2 filhos um menino (hoje com 24 anos) e uma menina (com 18 anos). Como universitária, participou da criação do 1º Centro Acadêmico de Arquitetura.

Filha de Artur Santiago Carepa e de Maria José Vasconcelos Carepa, pai engenheiro, foi Secretario de Obras no Município de Belém, cassado e preso durante a ditadura militar. A mãe era dona de casa. Sua família era numerosa com 6 irmãos, sendo criada em um casarão num bairro tradicional de Belém, Batista Campos. Alfabetizou-se em casa e, posteriormente, frequentou os colégios: Santa Rosa, Moderno, Colégio da Professora Baganha, prestando exame admissional para um grupo escolar público, mas o pai queria manter a filha na “rédea curta” (como diz a entrevistada), então ela retorna para o Colégio Santa Rosa que é um instituto educacional religioso, dirigido por freiras, funcionando sob regime de internato, semi-internato e externato. Ela frequentou o convenio do Colégio Marista (Nazaré), submetendo-se ao vestibular para o Curso de Arquitetura, aos 19 anos (no ano de 1976). O percurso que ela fez durante a vida escolar indica seu pertencimento a uma família com posses, frequentando colégios particulares apresenta alto índice de escolaridade, principalmente para a sua época de formada.

A prisão do pai pela ditadura militar influenciou-a muito, pois, a visão de mundo dela, principalmente quando se fala de política, parece coincidir com o que o pai vivenciou na prisão sob a ação dos militares. Ana Julia diz, contudo, que era uma pessoa alienada, aos 14 anos não participava de grêmios estudantis ou de atividades políticas, mas que sempre foi uma aluna dedicada aos estudos. Aos 15 anos disse à mãe que não queria debutar³ na Assembleia Paraense, uma prática social das famílias de sua classe, pois, acreditava que este ato era uma forma de dar satisfação à sociedade e ela entendia que não tinha que dar satisfação nenhuma.

Ana Júlia admite ter tido uma condição econômica privilegiada, classificando sua origem social como pertencente à classe média alta. Sua família possuía carro, o pai era pessoa influente e antes do golpe de 1964 possuía muitos amigos, mas depois de sua prisão a família teve redução do padrão de vida, o que contribuiu fortemente para uma mudança na forma de a jovem Ana Julia enxergar o mundo, passando para uma forma mais crítica. A mesma diz, que o seu processo de conscientização começou quando ela passou a frequentar a universidade.

Seus ascendentes pertenciam a uma família influente. Seu avô, referencia para a sua vida, fora o Juiz do Trabalho Cássio Pessoa Vasconcelos e o seu bisavô foi um dos fundadores da Faculdade de Direito no Pará, o desembargador Santos Estanilau Pessoa Vasconcelos. Havia um alto nível de intelectualidade em sua família, com evidências na figura dos seus avôs mas, menciona ter preferido seguir a carreira do pai.

A avó da Ana Júlia era professora em Monte Alegre/PA, Maria Luiza Pessoa de Vasconcelos; a mãe era filha única, casou cedo, tinha pouco estudo (fez o curso científico) e viveu somente para o casamento e para cuidar dos filhos, mas, apesar disso, Ana Júlia afirma que a mãe conseguiu passar para a filha, ideia de que casar não era tão importante, o mais importante era estudar e ter uma profissão. Percebe-se que por influencia da família mesmo que indiretamente, ela, de alguma forma, foi impactada por algumas situações, principalmente durante a ditadura militar e que acabaram moldando uma posição questionadora diante de alguns fatos e a figura da mãe, apesar de não emergir muito na fala da entrevistada é observado que o conselho que deu à filha de que a mulher não tinha somente o papel de cuidar da casa e dos filhos é uma ênfase diferenciada das mães daquela época.

³Debutar seria a apresentação de uma jovem à vida social, ao completar 15 anos, num baile de gala em um clube social de grande notoriedade na cidade.

Em sua fala Ana Julia enfatiza a posição questionadora do pai e de um irmão universitário do Curso de Direito, e diz em certo momento: “acho que tem certos fatos na vida da gente que na hora a gente não percebe, mas que, no entanto eles marcam”.

Outra mulher de sua lembrança é uma tia que trabalhava para sobreviver. Sentia também que sua mãe tinha desejo de ganhar seu próprio dinheiro. Com isso, a entrevistada observa que talvez venha daí essa sua motivação para priorizar os estudos e a carreira profissional, em detrimento do casamento. A mãe de Ana Julia gostava de música clássica, daí ela ter crescido ouvindo esse tipo de música. A avó tinha muita habilidade musical, tocava de ouvido. Tinha maior afinidade com os avós maternos, porque quando o pai viajava ela ficava na casa deles.

Ana Julia começou muito nova a trabalhar. Aos 14 anos dava aula de natação num empreendimento familiar aproveitando a piscina de sua casa, curso que em 1996 tinha mais 20 anos de existência, e era muito conhecido em Belém, principalmente por apresentar as características de ser um curso de natação numa casa de família.

A ex-governadora participou também de movimento de igreja, no bairro da Sacramenta. Estava tão envolvida nos trabalhos da comunidade que abdicou de realizar uma pós-graduação pra se dedicar a essa atividade, principalmente no movimento popular, relatando ter tido um grande envolvimento com as pessoas do bairro, fazendo amizades com os moradores.

Foi durante a mudança dela para a cidade de Itaituba(PA) ao ser aprovada no concurso público do Banco do Brasil, que engravidou do seu primeiro filho. Mesmo grávida ao voltar para Belém, retoma a participação no sindicato, segundo ela, não tão expressiva, mas participativa. Depois de Itaituba ela pede transferência para a cidade de Abaetetuba, levando o filho, pois não tinha moradia neste município. Em seguida conseguiu transferência para Castanhal. Quando isto acontece, ela já se encontrava divorciada de seu primeiro marido, Rômulo Sousa, conseguindo transferência para Belém. Por ser uma mulher muito atuante em vários movimentos sociais e conseguir ser aprovada no concurso do Banco do Brasil, deu muita ênfase em seu ativismo no sindicato dos bancários. Questionada se não pensava em se candidatar a cargo de representação política, afirmou que não pensava nisto, pois tinha uma ideia de que quando se tem um mandato você perde sua “vida”, você não dispõe mais de privacidade. Achava que não conseguiria realizar outros trabalhos políticos, então foi indicado outra pessoa, Sérgio Carneiro.

Em 1991 e 1992 Ana Julia começa a conviver com um grupo de pessoas que vai acompanhá-la em sua trajetória política: Mauricio Monteiro, Botelho e Marcilio Monteiro, o seu marido na época, pessoas que participaram como secretários no período em que esta foi governadora do estado do Pará.

Trajetória profissional

Aos 14 anos como já referido, Ana Julia Carepa começa a trabalhar como forma de conquistar independência financeira, de ganhar seu próprio dinheiro. Nessa intenção, também foi vendedora dos produtos Avon, e Natura.

Ainda quando era universitária de arquitetura Ana Julia Carepa passa a trabalhar na Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém. a CODEM. Na sequência, começou a estagiar numa empresa responsável pela elaboração do Plano Diretor de Belém.

Após a formatura ela se torna assessora da Comissão de Bairros de Belém – CBB, atuando no movimento popular. Esse movimento se constituía num grupo de pessoas que reivindicavam a permanência em suas casas, pois a prefeitura queria fazer o saneamento básico, mas para isso os moradores teriam que sair das suas casas, do bairro do Telegrafo. Essas discussões eram feitas com a CODEM.

Apesar de prestar assessoria, a ex-governadora assume o papel de liderança, ao reunir semanalmente com a comunidade. Nessa atividade produziam cartilhas, pois a intenção desse

movimento era o saneamento que beneficiasse as pessoas que ali já moravam, pois já havia acontecido o mesmo antes, pessoas sendo expulsas para lugares cada vez mais distantes do centro de Belém. Uma outra atuação profissional de Ana Julia foi no Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB (seção Pará), onde conseguiu ser diretora.

Nesse período, Ana Julia passa a transitar em alguns partidos políticos, uns institucionalizados outros clandestinos e com isso ela atua no recrutamento de novas pessoas para o partido e na coordenação de campanhas.

Uma das atribuições que eles tinham no PC do B, onde atuava, era a venda de jornais, mais precisamente o Tribuna Operária. Entretanto, ela diz que na verdade, ela vendia o jornal Resistência, órgão da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos que atuava em favor dos movimentos sociais e dos presos políticos. .

Trajetória política

Ao adentrar o espaço da universidade não foi logo que se envolveu com a política. No início, ela estava preocupada principalmente em ser uma boa aluna do curso de arquitetura, tirando boas notas. Seu envolvimento com política se deu mais adiante, no final do 3º/4º ano de atividades universitárias, ou seja, no final do curso.

A política ganhou força no meio acadêmico, segundo Ana Julia, nos meados dos anos 1970, entre 1976 a 1979. Nesse momento, ela participou da elaboração do Plano Diretor de Belém, e foi contagiada pela política por meio dos arquitetos, seus colegas, pois estes tinham uma visão ampla. Ela ainda não atuava de uma forma muito intensa nessa área, mas já reivindicava melhorias para o próprio curso de graduação em 1978 o qual frequentava. Era líder estudantil do grupo “Emergência” e participou, inclusive, de atos, passeatas, mas não frequentou o DCE visto ter logo se formado em Arquitetura.

Alguns professores desse curso tinham uma visão política contestadora e acabaram por influencia-la também a participar em um congresso da área na cidade de Brasília proporcionando uma interação com pessoas de outros estados do Brasil, principalmente Sul e Sudeste, estados estes que já tinham movimentos organizados, centros acadêmicos. O estágio na CODEM, mais essa ida a Brasília para o congresso foram importantes para a contribuição do engajamento da ex-governadora, na criação do centro acadêmico do curso de arquitetura que na época chamava-se de CALA, ou Centro Acadêmico Livre de Arquitetura, para fazer diferença aos outros centros acadêmicos que eram vinculados à direção, a administração da universidade. O que representava algo oficial, representava a ditadura militar. A eleição do Centro Acadêmico foi em 1979, ela se formou em 1980, e começou a atuação política já no final do curso.

Ana Julia diz ter participado de algumas reuniões do PMDB, no chamado grupo popular do PMDB, mas não chegou a se filiar ao partido e isso gerava discussões no grupo estudantil do qual fazia parte, pois eles achavam que o PT e o PMDB eram partidos de um momento, partidos que eles chamavam de partidos institucionais burgueses. Mas o partido de atuação de Ana Julia era o partido clandestino, através de discussões e dependendo da discussão, eles atuavam ou não, em outro partido.

Inicialmente eles começaram a participar dentro do PMDB, mas estavam filiados ao PT, recrutando estudantes para as agremiações partidárias e tentavam contagia-los com suas ideias, para aderirem ao partido clandestino. Mas estes receavam falar nesses partidos, pois o sistema político vigente na época ainda era muito autoritário.

Considerando a vitória nas urnas em 2006, assim como em anos anteriores, pode-se perceber que esse êxito se deu pelo empoderamento e formação de um capital social da base do ativismo nos centros comunitários. Segundo Perkins e Zimmerman (*apud* Baquero, 2012) é aí que os atores

individual ou coletivamente estariam interessados em alcançar certos objetivos determinados por um conjunto de pessoas. Com esse empoderamento que Ana Julia veio conquistando ao longo de sua vida em sua trajetória pessoal, profissional e política, aliou-se à participação no movimento estudantil. À época, houve o surgimento da UNE (União Nacional dos Estudantes) e, esta participou também, da primeira eleição dessa entidade chegando a fazer parte do primeiro congresso de estudantes da base da UNE, o CONET – Conselho Nacional das Entidades de Base, uma instância da UNE, juntamente com todos os centros acadêmicos do Brasil.

Durante sua atuação na UNE ainda não fazia parte do movimento popular, iniciava o seu contato com este movimento apenas dando assistência às pessoas, sem envolvimento. O contato era com os estudantes de escolas públicas que se iniciavam nos movimentos sociais. Estes se reuniam em praças, discutindo política, a política que eles faziam, o porquê de eles estarem envolvidos num movimento estudantil e, até mesmo, qual era a visão deles sobre o próprio movimento. Eram discussões profundas objetivando trazer contribuições para transformar a sociedade onde eles viviam e implantar o modelo de sociedade socialista, sendo que para eles, o movimento estudantil era um movimento que iria proporcionar as bases para esta transformação. Eles não acreditavam na via partidária para ter acesso a essas transformações na sociedade, e que esta transformação se daria por meio de uma revolução armada. Essa concepção de política perdurou de 1981 a 1982 nesse grupo. Depois, eles viram a necessidade de ganhar um mandato e por isso resolveram fazer campanha pelo PMDB de esquerda que era representado pelo Humberto Cunha, Newton Miranda e Paulo Fonteles, sendo que ela já era do PT. Durante essa campanha, o grupo recorreu a Jader Barbalho, pois estavam temerosos de que o nome do mesmo não passasse. Nessa campanha a imprensa noticiou que na convenção do PMDB o grupo mais organizado era o do Humberto Cunha, que era o Comitê Democrático Operário Popular (CDOP), que refletia a visão de partido revolucionário que eles queriam, que eles tinham sobre política, tudo isto com a intenção de organizar a população para a tomada de poder. As reuniões de campanha eram nas casas dos membros do grupo, mas, especialmente neste momento, a casa da ex-governadora, passa a ser o QG de campanha. Nas frentes de atuação desse comitê, existiam várias outras frentes políticas, como a atuação nos sindicatos, no movimento popular, frentes em que Ana Julia passa a atuar.

Segundo Ana Julia, o grupo e ela própria tinham consciência de que não havia possibilidade de transformação social através do partido clandestino e eles precisavam atuar dentro dos partidos institucionalizados para conseguir eleger alguém. Esta visão de ter um mandato foi a que passou a ser a perspectiva de política adotada pelo grupo da ex-governadora e dentre os partidos institucionalizados que existiam, eles viam na atuação dentro do PT, uma escolha melhor, pois acreditavam que este viria a ser um partido das massas e apesar de terem atuado primeiramente no PMDB de esquerda na campanha do Humberto Cunha, eles sabiam que iriam romper com este partido devido a forma de atuação do mesmo. Justifica-se a atuação inicial no PMDB devido a existirem somente 2 partidos naquele período no Brasil o PMDB e o Arena, haja vista a implantação, pelos militares, do bipartidarismo. Quando o Brasil abriu para a redemocratização surgiram outros partidos e nessa onda surgiu o PT também. E quando Ana Julia adentra o PT este já se encontrava organizado, após a 1ª eleição em 1982 e sendo o 1º parlamentar desse partido Humberto Cunha, visto que ele deixou o PMDB logo no seu primeiro ano de mandato. Quando o grupo de Ana Julia entra no PT, eles fazem uma avaliação de forma equivocada, pois queriam transformar o PT em uma corrente do PRT e naquele momento o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (atual PSTU) era bem maior que o PT, com o Paulo Rocha já sendo filiado ao PT, neste período.

A entrada de Ana Julia Carepa no PT foi numa reunião na sede da Escola de Samba Quem São Eles. Daí, ela passa a participar mais ativamente do partido percebendo, que ele estava crescendo, pois eram muitos os membros dos movimentos sociais que o integravam Nessa atividade, teve que se dividir

com as atividades profissionais do Banco do Brasil, além de viajar pelo IAB, duas quebras que a sua participação no PT sofreu. Sua atuação no partido era na formação de núcleos partidários.

Seu atuação com o PC do B, um partido clandestino com presença no movimento estudantil, através da tendência “Caminhando” se deu ainda no Curso de Arquitetura .

Como bolsista da Universidade Federal do Pará trabalhava com Flávio Nassar, num projeto de Arquitetura Popular. Depois de formada começou a atuar em movimentos de bairros, na luta pelo direito à moradia, prestando assessoria à Comissão de Bairros de Belém – CBB, onde teve contato diretamente com os movimentos sociais, com o movimento popular propriamente dito. Este começo de ativismo se deu de forma muito aleatória, como relatado em entrevista. Com o tempo foi participando cada vez mais ativamente, principalmente porque era uma atuação política, mas que também trazia um outro lado da sua vida, o lado profissional. Ana Julia participou desse movimento por muitos anos considerando que foi um envolvimento muito grande com essas pessoas, começando a assumir responsabilidades, discursando, prestando assessoria, emergindo como uma liderança nesse espaço popular.

Uma outra participação que a ex-governadora exerceu logo depois de formada, no Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB (seção Pará), chegando a ser diretora. Os anos de 1979, 1980 e 1981 foram de efervescência nos movimentos começando a atuar, em 1982, no PCdoB que aquele momento não tinha registro no TSE era um partido clandestino. Ana Júlia não se filiou, mas usava o codinome Lívia.

Houve um racha no PC do B, em torno da Federação partidária visto que alguns integrantes do partido queriam coligar com o PMDB e isso gerou um conflito intra-partidário muito grande, haja vista que a Federação era um processo de união dos partidos de preferência partidos com afinidades ideológica e programática com atuação no país como um todo, onde estes deixavam de agir como partidos isoladamente passando a ser um único partido. Este racha aconteceu quando Ana Julia estava entrando no partido, não por uma motivação teórica, mas em uma prática que hoje é muito comum, a das coligações. A essa altura filiada ao PT, Ana Julia trabalhou para o PMDB na campanha de Humberto Cunha para vereador de Belém filiado a esse partido conforme o interesse das esquerdas de criarem uma vinculação institucional e ganharem um mandato.

Concomitante à campanha de Humberto Cunha Ana Julia começa a participar do Movimento de Mulheres, no MMCC – Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade. Ela critica a configuração daquele momento do movimento de mulheres porque as discussões se davam com ênfase sobre a questão da igualdade nos espaços de poder, a participação política , a discriminação da mulher, a violência sofrida por esta, só que o enfoque maior era dado para a participação nos espaços de poder, Nesse espaço de discussão ela lembra as suas companheiras Isa Cunha e Sandra Fonseca. Participou do Movimento dos sem-terra, assim como de outras organizações camponesas.

Nesse período foi transferida pelo Banco do Brasil para a cidade de Itaituba, onde passou menos de um ano. Logo engravidou conseguindo transferência para Abaetetuba, depois Castanhal, sendo que o seu ativismo político só foi retomado nesta última cidade. O fato é que enquanto se encontrava no interior do Pará, sua atuação política era muito baixa e ao chegar em Castanhal um fato a trouxe de volta ao cenário político: uma greve dos bancários no município.

Em 1985 seu filho nasce e ela retorna para Castanhal com atuação mais efetiva no sindicato, participando ativamente dessa greve, movimentando outros bancos de Castanhal, articulando as assembleias sindicais em Belém.

Ana Julia participava também das políticas do CEDOP⁴. Nesse movimento grevista ela conheceu e fez amizade com pessoas de esquerda do movimento sindical integrando-se aos colegas de faculdade que faziam parte da esquerda do sindicato, como o Augusto Barros Filho, liderança bancária do BASA. Nessa nova atuação ela concentrou-se mais no sindicato de esquerda ligada à CUT, órgão

⁴Ainda não foi possível o reconhecimento desse movimento, supondo-se integrado ao movimento sindical da época.

em que ajudou a fundar no Pará, segundo Ana Júlia em entrevista a revista Rolling Stone 5ª Ed. Em 2007. Participou ainda do CONCLAT estadual (Conferencia Nacional da Classe Trabalhadora) dizendo ela ter sido o momento em que emergiu como liderança política, aparecendo na imprensa, na televisão. Diz que havia peleguismo nesse sindicato dirigido por Carlos Levy. Essa situação era discutida no PRC – Partido Revolucionário Comunista, decidindo-se que Ana Julia permaneceria atuando no Sindicato dos Bancários, participando da formação de núcleos partidários, agregando mais companheiros ao partido. Os principais líderes do PRC eram José Genoíno e Tarso Genro. Quando o PRC estava se extinguindo, o PT também optou por desistir de ser um partido que era “para-raios” de partidos clandestinos, pois havia muitos destes integrados ao PT. Decidiu-se pela criação de tendências, a partir das ideias divergentes, sendo neste momento que surgem estas vertentes no PT deixando este de ser um partido clandestino e passando a assumir tendências ideológicas. Surgem então duas tendências: o MTM (Movimento da Tendência Marxista) e a Nova Esquerda, mas Ana Julia não se integrou a nenhuma delas e em 1992 começou a pensar em uma atuação partidária com vistas a ganhar um mandato de vereadora, convencendo-se de que conseguiria ser eleita principalmente pela sua atuação no Sindicato dos Bancários e, também, pelo fato de ela ser uma mulher, haja vista o número reduzido de mulheres que eram dirigentes sindicais, a maior liderança de oposição dentro do sindicato.

Nesse aspecto, a ex-governadora tende a uma outra visão do próprio PT, acreditando mais no partido. Nesse momento, ela deixa o PRC, sua visão sobre a política muda, passando a acreditar não só que o PT pode ser o partido que vai transformar a realidade social, como espera uma transformação não armada, apesar de em 1996 (ano da entrevista) ela ainda acreditar que talvez fosse possível uma revolução armada, mas o que o PT naquele momento estava fortalecido pelas lideranças dos movimentos sociais, apesar das divergências, não só das tendências, mas da própria concepção do partido. Alguns achando o partido como um elemento social democrático, outros considerando um partido transformador e que terminaria no socialismo. Essa visão se dava a partir de discussões internas, da participação em movimentos sociais, coincidindo muito com a perspectiva formada após deixar o PRC

Sua participação política no PT se dá na década de 80. Ana Julia sai do comitê regional porque achava que não preenchia o perfil do cargo de pessoas com um vasto conhecimento, considerando-se uma liderança mais de massa, do que uma liderança intelectual.

Ana Julia cita alguns nomes que eram as cabeças pensantes do PRC: Humberto Cunha, o Daniel Veiga, Iza Cunha (esposa do Humberto), o Rômulo Paes, Raul Meireles, Edilza Fontes e o maior deles, na sua opinião, Sergio Carneiro.

Sobre a questão da mulher em nível partidário houve discussão no congresso do partido sobre a cota feminina para o diretório, entretanto na época da entrevista ela não sentia essa cota como algo muito forte no Pará.

Sobre sua candidatura em 1992, a insistência de amigos decidiu-se marcar uma reunião para discutir as condições para a posição tomada. , sendo que a grande maioria de pessoas que compareceu eram bancários, funcionários do Banco do Brasil, BASA e do BANPARÁ, grande parte até mesmo de dentro do PT, achavam que ela seria uma candidata “azarona”, que teria muitos votos, mas não se elegeria. Somente as pessoas mais próximas acreditaram nela alcançando o feito de eleger-se como a vereadora mais votada do PT.

Naquele momento, em 1996, Ana Julia tinha consciência de que na época do movimento estudantil e popular, não possuía a compreensão do jogo político que adquiriu quando assumiu um mandato, compreensão política não teórica, mas sobretudo prática do jogo político, impulsionada, inicialmente, pelo PC do B a fazer leituras para a compreensão e o entendimento da política, o que não quer dizer apreensão da realidade prática da política em leituras, como *Que fazer? de Vladimir I. Lenin*, assim como *Estado e Revolução* do mesmo autor, *A Estratégia e Tática Comunista, de Staline*, discutindo essas leituras em reuniões de formação política.

Conclusão

Da memória social e política de Ana Julia Carepa extrai-se a integração familiar na classe média media, ao considerarmos os seus espaços sociais de moradia, frequência aos colégios particulares durante toda a sua vida escolar. A família exerceu influencia muito grande sobre ela desde a prisão de seu pai pela ditadura, um fato que marcou sua opção na carreira profissional.

O significado maior para o seu empoderamento ao longo de toda a sua carreira política, foi sobretudo a trajetória política tanto formal, quanto informal, sua atuação em vários movimentos sociais, a sua trajetória profissional muitas vezes confundindo-se com a atuação política, foi muito importante, para que ela lograsse o feito histórico de ser eleita a primeira governadora do Estado do Pará.

O seu ativismo junto a pessoas que fizeram parte da historia política do Pará também somou-se ao capital social acumulado tornando-a uma pessoa conhecida no meio político. Nessa trajetória conheceu pessoas com prestígio social e político na sociedade paraense.

Nota-se que houve uma mobilidade social ascendente em relação aos pais da ex-governadora, e em relação à profissionalização enquanto a ocupação assumida. Na política, também houve mobilidade social ascendente, haja vista o processo de competição dentro dos espaços de ativismo como o sindicato, o partido e a profissão, concorrendo para que conseguisse um mandato de vereadora no início de sua carreira política e, subsequentemente, os demais mandatos de representação parlamentar e o majoritário que exerceu de 2006 a 2010.

Simplificando: ela inicia a sua atuação no movimento estudantil, no Centro Acadêmico, sendo presidente do CA de Arquitetura, atuou num partido clandestino (PCdoB), seguindo-se sua filiação a um partido institucional (PT). No ativismo político esteve presente no movimento popular, no de mulheres, e o mais forte que ela participou, logo nos primeiros anos de ativismo político, foi a participação no Sindicato dos Bancários, em seguida, na política partidária, sendo membro do PCdoB, PRC, PMDB e PT.

O que foi possível extrair dessa presença gradual de Ana Julia Carepa de seu meio familiar, estudantil, profissional e político, dada a conhecer nesta entrevista de meados da década de 1990, é que sua figura alcançou uma significativa expressão social, acumulando capital em diversos campos sociais levando-a, a se tornar um nome de expressão para, em 2006, ser escolhida candidata ao governo do Estado, sendo vitoriosa naquelas eleições. Em 2010, ao tentar a reeleição para o cargo majoritário, não conseguiu êxito. Nesse caso, somente o capital social acumulado pela sua liderança não foi suficiente para que ela avançasse na trajetória política iniciada. Os componentes do jogo político eleitoral nesse momento necessitam uma avaliação de quais elementos ficaram perdidos nesses anos de mandato e/ ou fizeram falta para um segundo mandato de governadora.

REFERÊNCIAS

1. ÁLVARES, Maria Luzia, M. **Mulheres na Competição Eleitoral. Seleção de candidaturas e padrão de carreira política no Brasil.** 2004. Tese (doutorado) – Rio de Janeiro, 2004.
2. BAQUERO, Rute V. A. **Empoderamento: Instrumento de Emancipação social?-Uma discussão conceitual.** Revista Debates. Porto Alegre, v.6, n.1, jan.-abr. 2012. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099>>. Acesso em: 12/07/2012.
3. BOBBIO, Norberto *et al* (Org.). **Dicionário de Política.** Vol.1. Brasília: Editora da UNB, 1998a.
4. BOTTOMORE, T. B. **As Elites e a Sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
5. GOUVÊA, Julio César. **Perfil sociopolítico de uma elite: A lógica de nomeação e o perfil sociopolítico das elites burocráticas: Um estudo comparativo entre os governos FHC e Lula.** In: 32º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E

PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 32, 2008, Campinas, PR. Anais eletrônicos. Campinas, PR, 2008. Disponível em: <<http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2012/06/JULIO-GOUVEIA.pdf>>. Acesso em: 10/07/2012.

6. PERISSINOTTO, Renato. **Origem Social dos Parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa.** Sociologias, Porto Alegre, ano 11, n. 22, jul/dec. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/07/2012.